



ACÓRDÃO Nº 238/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11506/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri – FUNPREV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Fábio Freitas da Silva - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2/2017-DMP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.258/260).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos de Manaquiri - FUNPREV. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Determinação. Comunicação. Remessa ao MPE.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Fábio Freitas da Silva**, responsável pelo Fundo de Previdência Social dos Servidores de Manaquiri - FUNPREV, no curso do exercício de 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades elencadas na Notificação nº 29/2015;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fábio Freitas da Silva** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades nº 03, 07, 08 e 10 da Notificação nº 001/2016); devendo ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Determinar à Origem**, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, a:



ACÓRDÃO Nº 238/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3.1. Estrita observância na contabilização de atos e/ou fatos contábeis relevantes, de forma tempestiva, para que não impliquem inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964) (restrições nº 03, 07 e 08);

9.3.2. Cumprimento dos procedimentos estabelecidos pela Lei Municipal nº 510/2013 (restrição nº 10);

9.3.3. Determinação para que o Conselho Municipal de Previdência, previsto pela Lei municipal 510/2013, participe, por via de homologação, da nomeação do presidente do Fundo Previdenciário de Manaquiri (restrição nº 10);

9.4. Comunicar a Câmara Municipal de Manaquiri quanto à inobservância da Lei Municipal nº 510/2013 a fim de que fiscalize o cumprimento da legislação por parte de todos os órgãos e entidade da administração pública de Manaquiri (restrição nº 10);

9.5. Enviar ao Ministério Público Estadual os documentos comprobatórios da dívida da Prefeitura referente à retenção e não repasse dos valores retidos dos servidores públicos do Município de Manaquiri (restrição nº 02);

9.6. Enviar ao Ministério Público Estadual os documentos comprobatórios da dívida da Prefeitura referente à contribuição parte patronal (restrição nº 01).

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral